

Sobre o alcance histórico da eleição de AMLO

Massimo Modonesi

JULHO 2018

■ A vitória de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) abre uma esperança para o México. Embora o horizonte programático de AMLO esteja dois passos atrás em termos de ambições antineoliberais em relação aos governos progressistas latino-americanos das últimas décadas, ele se destaca pela insistência na questão moral. Justamente aquela na qual muitos desses governos naufragaram.

É preciso festejar um acontecimento histórico: a primeira derrota eleitoral das direitas mexicanas reconhecida como tal. Também houve alusão à história no discurso e nas promessas de campanha de Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e seus aliados, e ficou inscrita no próprio nome da coalizão: “Juntos faremos história”. O alcance real do governo que nasceu do voto do dia 1º de julho deve se apurar ao longo do tempo e só poderá ser medido retroativamente. No entanto, algumas questões afloraram imediatamente como parte do debate que se inaugura a partir desse acontecimento.

Com a eleição de López Obrador culmina um longo e tortuoso processo de transição formal para a democracia. O resultado nas urnas desse domingo instaura a plena alternância no poder, ao confirmar a

derrota eleitoral das direitas e a vitória da oposição de centro-esquerda, aquela que aparecera em 1988 para disputar com o Partido Ação Nacional (PAN) o papel de oposição consequente ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). Passados trinta anos, cabe recordar que desde então assumia-se que o PAN era uma oposição “leal”, mancomunada com o neoliberalismo emergente e com o autoritarismo imperante. A alternativa colocada pelo neocardenismo e pelo Partido da Revolução Democrática (PRD) defendia simplesmente o retorno ao desenvolvimentismo, embora com uma ênfase mais pronunciada na justiça social. Diferentemente dessa esquerda, AMLO e seu partido, o Movimento Regeneração Nacional (Morena), coloca a corrupção como o fator sistêmico, como cau-



sa e não como consequência das relações e dos (des)equilíbrios de poder e das desigualdades sociais. O horizonte da revolução democrática implica um projeto de transição não apenas formal mas substancial: a igualação das disparidades socioeconômicas como condição para o exercício da democracia tanto representativa quanto direta.

O círculo da alternância – e também do benefício da dúvida – que se fecha com esta eleição, marca uma passagem histórica significativa, mas não garante o alcance histórico do processo que será iniciado no próximo 1º de dezembro. Ainda por cima, as expectativas são elevadas, tendo AMLO declarado que encabeçará a “quarta transformação” da história nacional, proclamando-se herdeiro de Morelos, Juárez, Madero e Cárdenas. Longe de todo esquerdismo, o presidente recém-eleito privilegia o traço moralizador e o perfil de estadistas e democratas dessas figuras. Não há truque nem engano. Segundo o seu programa e no seu discurso de campanha, AMLO aposta em uma transformação que se refere basicamente à refundação do Estado em termos éticos, por isso propôs uma “Constituição moral”. Apenas em segundo grau, sua proposta terá as repercussões econômicas e sociais necessárias para a estabilização de uma sociedade em crise. Do sucesso da cruzada anticorrupção decorre não só a realização da façanha histórica de moralizar a vida pública, mas também a possibilidade de alcançar três propósitos fundamentais: pacificar o país, relançar o crescimento através do mercado interno e redistribuir o excedente para garantir condições mínimas de vida a todos os cidadãos. Trata-se de uma equação que, para convencer os de dentro e os de fora, tem sido repetida até o cansaço durante a campanha.

Em relação aos governos progressistas latino-americanos das últimas décadas, o ho-

rizonte programático de AMLO está dois passos atrás em termos de ambições antiliberais, porém destaca-se pela insistência na “questão moral”, justamente aquela na qual muitos desses governos naufragaram. Por outro lado, AMLO tem diante de si o desafio da pacificação (com todas as dificuldades do caso), mas também a oportunidade de produzir um impacto profundo e marcar uma mudança substancial em relação ao rumo atual. Pela urgência e sensibilidade que o rodeiam, será nesse terreno – mais do que em qualquer outro – onde será medido o alcance do novo governo, sua popularidade e estabilidade nos próximos meses.

Ao mesmo tempo, a promessa de “fazer história” convoca em princípio todos os cidadãos. Daí a proclama de ir “juntos”. No entanto, para além da transversalidade e da voluntária ambiguidade dessa convocação de campanha, todo processo político implica atender a espinhosa definição do sujeito que impulsiona e se beneficia da mudança. A fórmula obradorista tem, desde 2006, um tom plebeu e antioligárquico: constrói-se sobre a relação líder-povo e a fórmula “só o povo pode salvar o povo”. Entretanto, o partido Morena, bem como a campanha foram construídos ao redor da centralidade e direção inquestionáveis de AMLO, uma personalização que chegou ao extremo de chamar o ato de fechamento de campanha *AMLOfest* e de usar o acrônimo AMLO como uma marca ou hashtag (#AMLOmania). Porém, junto ao povo obradorista e seu guia, estão outros grupos com crenças e práticas muito diversas entre si: os dirigentes do Morena e dos partidos aliados (o Partido do Trabalho e o majoritariamente evangélico Partido Encontro Social) e toda a plêiade de grupos de priistas, perredistas e panistas que de forma oportunista mudaram de lado no último momento. Também há largas faixas de classes médias conservadoras, assim



como setores empresariais aos quais AMLO dedicou especial atenção na campanha, no afã de desativar sua aversão e para poder contar com sua colaboração ao tomar posse do cargo. Cada um deles exigirá sua parte, mas sobretudo serão valorizados de acordo com o seu específico peso social, político e econômico, a fim de manter o equilíbrio interclassista e a governabilidade.

Seguindo o esquema populista, o “juntos” e misturados demonstra ser uma articulação de um vácuo que só se pôde preencher com ambiguidade discursiva e, agora, com a capacidade de arbitragem e a margem de decisão do líder que a elaborou e difundiu. Entre equilíbrios precários e alianças mutáveis, torna-se imprescindível o recurso à tradição e à cultura do estatismo e do presidencialismo mexicano – com suas arestas carismáticas e autoritárias – que, não por acaso, não foi questionado ao longo da campanha obradorista.

Os conteúdos, como o programa já anuncia, oscilarão entre uma substancial continuidade do modelo neoliberal, matizada com doses de regulação estatal e de redistribuição para os setores mais vulneráveis. No entanto, a questão democrática é a que poderia paradoxalmente frustrar as expectativas de mudança histórica, para reduzi-la a um esquema plebiscitário bonapartista ligado à figura do líder máximo que convoca a opinar sobre a continuidade de seu mandato ou outros temas emergentes. O culto às enquetes dentro do Morena, tanto as que serviram para selecionar os candidatos quanto as que sustentaram o triunfalismo da campanha, poderia ser o prelúdio de um novo estilo de governo, no qual o povo seja assemelhado à “opinião pública”.

Esperemos que a transição formal à democracia que presenciamos em 1º de julho e a experiência de um governo progressista tardio

no México não fechem as portas para a participação popular e, pelo contrário, propiciem o florescimento de instâncias de autodeterminação. Isso sim poderia abrir caminho para uma transformação histórica.



Autor

Massimo Modonesi é historiador e sociólogo, professor titular na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e dirige a revista Memoria del Centro de Estudios del Movimiento Obrero y Socialista.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. No Brasil a FES atua desde 1976. Os objetivos de sua atuação são a consolidação e o aprofundamento da democracia, o fomento de uma economia ambientalmente e socialmente sustentável, o fortalecimento de políticas orientadas na inclusão e justiça social e o apoio de políticas de paz e segurança democrática.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-9565-038-1

